

8.º Encontro Nacional

Porto, 16 de Janeiro de 2015

Memória do Encontro

Presentes: Ana Firmino, António Covas, António Guterres, Augusto Sousa e Jorge Nunes (Rumo), Cláudia Costa, Domingos Rodrigues, Paula Gonçalves e Fernanda Vaz (Activar), Conceição Matos, Hermínia Gonçalves, Joana Veloso, João Aidos, João Cordovil, João Ferrão, José Carlos Mota, José Centeio, Luís Chaves, Luísa Teotónio Pereira e Stéphane Laurent (CIDAC), Maria Clara Lourenço (ADCMoura), Mercês Covas, Pedro Santos, Susana Sousa e Vanessa Sousa (IN Loco).

Convidados: Arqt.º Nuno Portas, Giovanni Allegretti, José Rio Fernandes, Hélder Norrinho (Campanhã XXI), Daniel Coelho (Fundação Porto Social - Câmara Municipal do Porto), Ildebrando Teixeira (Presidente da Associação de Moradores da Zona Pêgo Negro) e Virgínia Sousa.

Alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto: Helena Amaro; Nuno Travasso; Inês Bartolomeu e Ana Fernandes.

Ausentes que deram a conhecer a sua não participação: Artur Cristóvão, Cristina Coelho, Graça Rojão, Hélder Guerreiro, Isabel Rodrigo, Jorge Miranda, Nelson Dias, Paula Lourenço, Paula Reis, Sérgio Barroso, Telma Guerreiro, Vitor Martelo.

AGENDA PROPOSTA**10h00 - ABERTURA**

- Apresentação dos presentes;
- Apresentação da Agenda;
- **O território que nos acolhe** – Campanhã
 - Sr. Ildebrando Teixeira, Presidente da Associação de Moradores do Bairro de Pêgo Negro;
 - Cláudia Costa da Fundação Porto Social / Câmara Municipal do Porto

10:30h - PROJECTOS E PROPOSTAS

- Apresentação e discussão da proposta: "**Pequenas Ações Imediatas, Grandes Mudanças no Futuro**" - João Ferrão;
- Desafios ao C&T :
 - Projetos (Jorge Nunes e Susana Sousa);
 - Apresentação da ideia para operacionalização de encontros regionais sobre temas como o dos "Territórios de Baixa Densidade", António Covas.
 - Grupos de Trabalho - "Consumo Responsável" - Luísa Teotónio Pereira e Stéphane Laurent (CIDAC);
- **Propostas de logótipo** do C&T;
- Propostas para responder aos desafios lançados no 7.º Encontro: o que já está em curso e o que se pretende fazer.

12: 30h - OUTROS

Visionamento **Documentário:**

“A Casa e a Cidade: Cidade depois da Cidade | Reabitar.pt - Reabi(li)tar (Episódio 6, RTP2)

“O Processo SAAL, Arquitetura e Participação” José Bandeirinha

13h15-14h30 - **Almoço partilhado**

14:30h - **Oficina Temática: “Arquitetura e Urbanismos Participados” (sessão aberta)**

- Enquadramento da Oficina
 - José Carlos Mota da Universidade de Aveiro - "Participação e Regeneração Urbana";
 - António Guterres - Fabricação Digital e Participação no Espaço Público;
 - Pedro Soares Neves, Designer e investigador – “Design e Intervenção Comunitária” ;
- Discussão e Debate

17:00h - **Encerramento**

- Apresentação da [RIPESS UE](#), Rede Europeia de Economia Solidária, e do projeto que pretende desenvolver e ao qual o C&T pode dar contributos (15 min);
- Síntese das principais conclusões do Encontro e perspetiva para os próximos passos;
- Marcação da data e local do 9.º Encontro.

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS DECISÕES:

- Realização do 9.º encontro do C&T no Algarve, S. Brás de Alportel, a 9 de Maio 2015;
- Ação “Pequenas ações imediatas, grandes mudanças no futuro,” a realizar no início de maio (ou então após as eleições. Foi criado um grupo de reflexão, coordenado por João Ferrão, que poderá ser alargado a outros elementos do C&T. Nesta fase, integraram o grupo João Carlos Mota, António Covas e a EdC.
- Ação sobre Territórios de Baixa Densidade – ação coordenada por António Covas com a colaboração da EdC, bem como de outros elementos do C&T que tenham interesse e estejam disponíveis para colaborar.
- Colaborar com CIDAD no estudo sobre consumo responsável;
- Lançar à votação dos membros do C&T a escolha do Logotipo do Fórum

O Encontro teve início pelas 10:30h nas instalações da Associação de Moradores do Bairro Pego Negro, no Porto.

A agenda de trabalhos apresentada sofreu algumas alterações no período da manhã, facto que se deveu à falta de tempo para que se pudesse cumprir, tal como proposto, o ponto relativo ao visionamento dos documentários sobre o SAAL.

1. ABERTURA

A EdC deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos e, apresentando em traços gerais o Programa do encontro, passou a palavra a Cláudia Costa da Fundação Porto Social e Idelbrando Teixeira, Presidente da Associação de Moradores Pego Negro, os anfitriões do encontro, que iniciaram os trabalhos com uma apresentação do “território que nos acolhe”.

1.1. O TERRITÓRIO QUE NOS ACOLHE

Cláudia Costa, da Fundação Porto Social (em liquidação) /Câmara Municipal do Porto, procedeu a uma breve apresentação do “território que nos acolhe” e da importância das associações locais no planeamento

e na intervenção socio-urbanística numa das zonas mais degradadas e deprimidas da cidade. Ao longo dos últimos vinte anos através da então Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã (entidade que antecedeu a Fundação Porto Social da CMP) no âmbito dos programas de Iniciativa Comunitária URBAN 1 e 2 este território foi objeto de diversas intervenções cuja metodologia tem assentado em dinâmicas participativas através do envolvendo os atores locais, dirigentes associativos e moradores. Pese embora o decurso das intervenções tenha sofrido o efeito das quebras dos ciclos políticos, a capacitação e o reforço das organizações locais, como foi o caso da Associação de Moradores de Pêgo Negro é a chave destes processos de mudança. Com a Iniciativa Bairros Críticos (Lagarteiro) foi possível reforçar novamente a presença da Fundação/CMP neste território que, mesmo depois de extinta esta Iniciativa, deixou no terreno um conjunto de importantes dinâmicas. Recentemente criaram a Associação Campanhã XXI que tem por objetivo retomar o trabalho que vinha sendo desenvolvido com as populações, tendo previstas dinâmicas de participação e novas formas de governança para o território. Para além disso, esta zona tem beneficiado de um conjunto de ações de reabilitação urbana, de planos de intervenção urbanística, do plano de pormenor das Antas, dos novos eixos viários, que também contribuíram para transformar a centralidade deste território.

Idelbrando Teixeira – Presidente da Associação de Moradores da Zona de Pêgo Negro, contextualizou toda a sua intervenção focando os seguintes pontos:

Anos 70 – Surge uma Comissão de Moradores. Foi aqui que se concentrou a maioria das intervenções do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) e é uma freguesia com um enorme potencial do ponto de vista das dinâmicas participativas, porque nele se concentram muitas instituições. Campanhã será no país a freguesia com maior número de associações de moradores.

Criou-se uma associação de moradores com o objetivo de resolver o problema habitacional dos moradores da zona de Pêgo Negro que viviam em condições de grande degradação e insalubridade. A Escola das Belas Artes e grupos desportivos foram parceiros fundamentais para o avançar do processo, que foi muito moroso. Começou em 76 e só em 84 conseguiram aval para avançarem com a construção dos 96 fogos. Construíram coletivamente um pavilhão, onde era a sede da associação. A primeira iniciativa foi a de criação de balneários públicos, que abriam ao fim de semana.

Custa-lhe que todo o projeto desenvolvido pela Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã tenha «ido por água abaixo». Elogiou o trabalho técnico desenvolvido por esta Fundação, dando como exemplo o facto de nada se ter feito sem que a população fosse envolvida e convidada a participar.

A Câmara Municipal forneceu os terrenos a 1.000 escudos por fogo. Foi pioneira a privatizar o terreno. É propriedade coletiva da associação e para poderem vender as casas têm de pagar os terrenos à Câmara Municipal. As pessoas não podem vender, por isso quando sai um sócio entra um outro que se encontra em fila de espera e que acede à casa tomando-a como nova na medida em que a associação se responsabiliza pela obra «ao gosto do novo utilizador».

1.2. APRESENTAÇÃO DOS PRESENTES

A apresentação dos membros do grupo foi feita a partir da inscrição num *post it* do nome de cada um, que era colado no mapa de Portugal no espaço correspondente ao seu lugar de proveniência. Como se pode verificar na imagem seguinte, neste Encontro há uma distribuição mais equilibrada entre os membros da região Norte e da região de Lisboa observando-se uma participação mais fraca das restantes regiões do País.



2. PROJECTOS E PROPOSTAS

Este ponto foi dedicado à apresentação de projetos e propostas por parte de alguns elementos, concretamente: a proposta formulada por João Ferrão para a realização de um evento de âmbito nacional intitulado “Pequenas Ações Imediatas, Grandes Mudanças no Futuro”; uma proposta apresentada pelo CIDAC para envolvimento dos membros do C&T num projeto de avaliação do consumo sustentável; a proposta apresentada por António Covas para a criação de uma comunidade *online* que promova a constituição de canais abertos de comunicação entre vários atores de âmbito nacional e local, que estimule a promoção de territórios-rede. Foi ainda feito, pela Susana Sousa, o ponto de situação do projeto “Portugal Participa” e pelo Jorge Nunes, o ponto de situação do projeto Cidadania & Território: Desenvolvimento Local Sustentado” e do Relatório “Para Comunidades Mais Participativas – Experiências de Desenvolvimento Local Sustentado em Portugal // Políticas Públicas e Território”. Finalmente teve lugar a apresentação das propostas de logótipo para o C&T, desenvolvidos por formandos de um curso de Multimédia do CINEL e de uma técnica da Taipa.

2.1. PEQUENAS AÇÕES IMEDIATAS, GRANDES MUDANÇAS NO FUTURO

João Ferrão fez a apresentação da proposta de organização de um evento de carácter nacional que conte com a mobilização dos membros do Fórum e cujos objetivos, definidos à luz da missão da rede Cidadania & Território, seriam:

- (i) Contribuir para uma maior consciencialização cívica das possibilidades de mudança. É habitual as discussões centrarem-se em torno da “necessidade da mudança”, mas em que tudo parece já predefinido, como se houvesse apenas um caminho a percorrer. A ideia desta iniciativa é centrar o foco na possibilidade de ocorrerem várias alternativas de mudança;
- (ii) Dar visibilidade e reconhecimento a quem está no terreno a desenvolver ações verdadeiramente inovadoras;
- (iii) Tentar colocar este tipo de questões, centrais para a rede C&T, nas agendas mediática e política.

Como pano de fundo em relação a estes objetivos há uma dupla preocupação. A primeira é combater a ideia generalizada de que a crise é algo de passageiro e conjuntural, que irá passar permitindo que tudo volte ao modelo anterior. O que se pretende mostrar é precisamente o contrário: a crise é o reflexo de um

modelo esgotado, pelo que é necessário apresentar propostas num outro sentido. A segunda preocupação é contrapor o conceito de inovação societal (que resulta da ação e da forma como as sociedades se organizam, inovam e mudam) ao de inovação social (entendido, no âmbito dos documentos oficiais, como a prestação inovadora de serviços sociais).

A estratégia a adotar para a operacionalização deste evento passará:

- (i) Pela identificação de dois parceiros estratégicos, por exemplo, a Fundação Calouste Gulbenkian e um Jornal como o Expresso (na qualidade de possível *media partner*), que poderão garantir a visibilidade necessária ao evento;
- (ii) Pelo lançamento de uma espécie de “curso” definido à luz dos princípios do Fórum C&T e tendo como lema “pequenas ações imediatas, grandes mudanças no futuro”, onde se incluem iniciativas que estejam já implementadas ou em curso e que possam beneficiar de projeção mediática. Não se trata de premiar boas práticas, mas de conferir visibilidade e reconhecimento público e político a iniciativas/ideias (pequenas ações imediatas) que contribuam para mudanças de fundo, que estejam ou não a decorrer (há muitas ações nos territórios que se inserem dentro destes objetivos, mas que permanecem praticamente invisíveis);
- (iii) Pela apresentação simultânea e *in loco* das ações que vierem a ser apuradas pelas pessoas e organizações responsáveis, num dia dedicado à Cidadania e ao Território, através de um mecanismo de divulgação em rede, com recurso a tecnologias de comunicação. Os palcos serão os próprios locais onde essas iniciativas acontecem;
- (iv) Por uma sessão “formal” de atribuição de uma “certificação” mediática que garanta a necessária visibilidade aos projetos de inovação societal apurados.

Esta iniciativa seria acompanhada por um Conselho Consultivo Estratégico constituído por um conjunto de personalidades com competência reconhecida em áreas sociais, ambiente, economia, urbanismo ou outras que, neste âmbito, se revelem pertinentes.

A respeito desta proposta, pronunciaram-se vários elementos do grupo no sentido da necessidade: (i) de se garantir o registo audiovisual / reportagem televisiva do evento (**João Aidos**); (ii) do aprofundamento e reflexão teórica sobre a temática da inovação/mudança societal a partir de ações pequenas com impacto no futuro (**Luísa Teotónio Pereira**); de, a partir deste trabalho, se poder refletir sobre políticas que possam incorporar o conceito da inovação societal e desenharem-se propostas estruturadas a partir das experiências identificadas (**Vanessa Sousa**); de se qualificarem, através de um reconhecimento nacional, as ideias identificadas por processos de reflexão conjunta de base territorial que ajudem na sua implementação e disseminação, utilizando para o efeito plataformas digitais (ex: Sapo) e, ao mesmo tempo, questionarmo-nos sobre o modo como, à escala local, este Fórum pode contribuir para a capacitação e a emergência de movimentos cívicos de reflexão (**José Carlos Mota**). A este propósito, **Ana Firmino** apresentou o exemplo de um grupo de cidadãos que recentemente, em Almeida, criou o “movimento dos cidadãos importantes”, que procuram lançar ideias inovadoras que possam influenciar as dinâmicas locais.

Nuno Travasso sugeriu, à semelhança do que acontece com a concessão das bandeiras azuis, a atribuição de um selo de qualidade em função de critérios pré-definidos, como forma de reconhecimento e, ao mesmo tempo, de identificação (na ótica do mapeamento) dessas ideias/ações. A atribuição dessa marca poderá ter um efeito impulsionador para o aparecimento de novas iniciativas que irão sendo “marcadas” se cumprirem os critérios estabelecidos. Todos os projetos, iniciativas ou ideias que cumprirem esses critérios ficam “apurados”, serão graduados e “marcados” (e.g., alguém que tem só uma ideia está num grau diferente de alguém que tem uma ideia e um resultado). A atribuição das primeiras marcas é feita num grande evento mas, depois, numa lógica de acompanhamento e continuação, proceder-se-á a uma atribuição anual de marcas a novas ideias/iniciativas. Garante-se assim o acompanhamento e faz-se cair a

ideia de prémio e de concurso.

Na sequência desta proposta foi criado um grupo operacional e de reflexão, que poderá ser alargado a outros elementos do C&T, composto por João Ferrão, João Carlos Mota, António Covas e a EdC.

2.2. CONSUMO RESPONSÁVEL

Luísa Teotónio Pereira, lançou a proposta de, no âmbito do conceito de consumo responsável – entendido como as escolhas conscientes e críticas que cada um de nós enquanto consumidor faz, na ótica da salvaguarda dos direitos dos/das produtores/ras de bens e serviços que diariamente consumimos, bem como dos direitos dos que contribuem para que esses produtos cheguem até nós (ao nível da distribuição e da comercialização) –, se proceder a um mapeamento dos consumos (bens e serviços) institucionais, identificado a partir da resposta a um mini-inquérito, cujos resultados seriam apresentados num próximo Encontro. Enquadrado no conceito de consumo responsável, o mapeamento será dirigido especificamente ao consumo institucional, designado neste âmbito como consumo público ético e visa, através da tomada de consciência sobre o tipo e formas de consumo caraterísticos das nossas organizações e da consciencialização, por essa via, do processo de tomada de decisão crítica sobre os consumos individuais, influenciar as escolhas que a esse nível se fazem. Um outro objetivo visado neste projeto é a identificação dos recursos de cada uma das organizações em que os membros do C&T se inserem, de forma a possibilitar a implementação de mecanismos de entreajuda, através da oferta de alternativas mais responsáveis, a partir dos serviços que cada um presta (ver proposta em anexo e o vídeo “A história das coisas” em https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=3c88_Z0FF4k

Sobre este ponto, **Vanessa Sousa**, sugeriu que, para além da identificação dos bens e serviços habitualmente consumidos pelas organizações, se incluam também os recursos e competências disponíveis.

Deu o exemplo de um projeto Clip, desenvolvido na Alta de Lisboa que, partir do mapeamento de recursos existentes nas entidades que integram a rede, está organizado em torno da ideia de trabalho conjunto através da partilha, dádiva e troca de recursos entre si, valorizando-se aquilo que cada um tem para oferecer. Vanessa Sousa deu também o exemplo de um projeto sobre consumo responsável nas escolas, que a In Loco está a desenvolver com estabelecimentos de ensino básico e secundário e com os autarcas da região do Algarve. A ideia passa pela formação de jovens do ensino secundário que deverão funcionar como pares para, por sua vez, formarem os alunos das escolas do primeiro ciclo. Os jovens envolvidos darão o seu contributo para a criação de uma Carta Europeia para o consumo responsável, que será apresentada a autarcas participantes de vários países europeus que, por sua vez, procurarão também criar uma Carta Europeia das Autarquias para o consumo responsável.

Clara Lourenço da ADC Moura corroborou a ideia da partilha de recursos entre os membros do C&T a partir do mapeamento dos recursos e serviços que cada um tem para oferecer.

2.3. ENCONTROS REGIONAIS

António Covas apresentou uma proposta para a criação de uma comunidade *online*, constituída no âmbito do Fórum, que funcione como uma espécie de canal aberto e de apoio para as ADL, as Uniões de Freguesia, as CIM, as *Smart City* e *Smart Vilas* e outras entidades. Uma das atividades a realizar seria, por exemplo, promover um evento num determinado território e convidar, para além dos atores-chave desse território, atores de âmbito nacional cujo âmbito de intervenção tenha a ver com as problemáticas identificadas (ex: a ANJE, Microcrédito, IEF, EDP, etc). De um ponto de vista metodológico e prático estamos a construir

territórios-rede de geometria variável e a ensaiar novas redes colaborativas em que as comunidades *online* interagem com as comunidades *offline*.

Sobre este ponto, a **Hermínia Gonçalves** questiona a capacidade efetiva de resposta por parte do C&T, se enveredar por uma linha dessas, interrogando-se sobre até que ponto é que o Fórum dispõe de uma estrutura de apoio que permita a sua operacionalização. Realça, contudo, que um papel importante do Fórum será o de dar visibilidade a problemáticas territoriais e colocar o “dedo na ferida”, no sentido da chamada de atenção para essas problemáticas.

João Ferrão, ponderando os vários argumentos apresentados, propôs que se trabalhasse com as manifestações de interesse feitas pelos diferentes membros do C&T aquando do desafio lançado pelo António Covas no *googlegroups*. Seria bom que se fizesse uma reunião com esses membros da rede de modo a concretizar-se uma das ações.

2.4. PROJETOS E OUTROS

Jorge Nunes, fez o ponto de situação do projeto “Cidadania & Território: Desenvolvimento Local Sustentado” e do Relatório “Para Comunidades Mais Participativas – Experiências de Desenvolvimento Local Sustentado em Portugal // Políticas Públicas e Território”, que contém um conjunto muito significativo de iniciativas de desenvolvimento territorial e um vasto património de competências individuais e institucionais enraizadas nos territórios. Este Relatório está disponível no *site* do C&T (http://media.wix.com/ugd/bb70c8_a671eff5c81a433db23ecc60d62ed694.pdf).

Susana Sousa fez o ponto de situação do Projecto Portugal Participa, tendo referido a realização do primeiro Seminário do Projecto Portugal Participa em Cascais a 3 de Dezembro de 2014 e o assumir de um compromisso para a criação de uma “Rede das Autarquias Participativas (RAP)”, que contribua para a sinalização, divulgação, disseminação e qualificação dos processos de democracia participativa no país. A Carta de Compromisso para a criação da RAP foi subscrita por 35 autarquias. Ainda sobre o projeto, foi referido que para além da dimensão de experimentação e consolidação de práticas, que envolve os 4 territórios/municípios que integram a Parceria (Odemira, Cascais, Funchal e Porto), que irão traduzir-se em processos de formação/ação em práticas metodológicas que façam sentido para estes territórios, vai também ser possível a realização de oficinas temáticas abertas que respondam às necessidades da RAP. Nesse sentido, foi lançado o desafio ao C&T de fazerem também chegar propostas de temas que gostassem de ver trabalhados nestas oficinas. <http://portugalparticipa.pt/>; <http://www.in-loco.pt/pt/noticias/20141205/autarquias-criam-rede/#sthash.q8Ux2IXH.dpuf>

A EdC, através da Susana Sousa, propôs ao CIDAC, que anuiu à solicitação, a criação de uma biblioteca ali sedeada, que reunisse exemplares de publicações que incidam sobre os temas de preocupação e interesse do C&T e que não existam em formato digital. A ideia desta biblioteca será a de ter um espaço físico complementar à biblioteca virtual que se está a tentar criar.

João Cordovil trouxe, para consulta, alguns exemplares do histórico Jornaleco, o Lutador, editado pelo Bairro da Quinta das FONSECAS, bem como alguns poemas escritos por António Albino Machado. Na linha da proposta da EdC da criação de uma biblioteca, João Cordovil disponibilizou-se a digitalizar o referido dossier.

2.4. PROPOSTAS DE LOGÓTIPOS DO C&T

Conceição Matos fez a apresentação das cinco propostas de logótipo para o C&T, três das quais foram desenvolvidas por formandos que frequentam, no CINEL, um curso de formação de Multimédia, enquanto que as outras duas foram desenvolvidas por uma técnica que trabalha na Taipa. A escolha do logo será alargada a todos os membros da rede, através de um sistema de votação via *gouglegroups*.

2.5. PROPOSTAS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS LANÇADOS NO 7.º ENCONTRO: O QUE JÁ ESTÁ EM CURSO E O QUE SE PRETENDE FAZER

Susana Sousa fez um balanço das propostas de trabalho que estão em curso ou para iniciar, que visam responder a alguns dos desafios lançados no 7.º Encontro em Vila Real. O quadro anexo, sistematiza essa informação, mas vale a pena destacar algumas das atividades já em curso e/ou consensualizadas para avançarem.

Assim, em resposta aos desafios:

- Tornar o C&T mais operacional e mais focalizado em resultados;
- Abrir o C&T à comunidade;
- Realizar de eventos comunitários sobre temáticas específicas;
- Criar momentos de apresentação pública;
- Aumentar a visibilidade;
- Mobilizar atores-chave, como as autarquias.

Há atualmente 3 ações que se enquadram dentro desses objetivos: (i) a oficina sobre Arquitetura e Urbanismo Participados; (ii) o evento de âmbito nacional, proposto por João Ferrão; (iii) a ação a realizar sobre territórios de Baixa Densidade.

As possíveis repostas ao desafio “recuperar a participação do Alentejo”, são a realização da ação sobre os territórios de baixa densidade e a realização do 9.º encontro no Algarve.

Para responder à necessidade sentida pelo grupo de se organizar a informação que circula no *Googlegropus (GG)*, a EdC elaborou quadros-síntese que sistematizam essa informação e que envia regularmente a todos os elementos. Esta informação ficará também disponível no *site*. Para além disso, pretende-se organizar uma biblioteca virtual na qual constem os artigos, textos e outros documentos partilhados via GG.

A resposta à proposta de se clarificar o papel de cada Grupo de Trabalho bem como se procurar perceber as expectativas de cada um, foi proposta a realização de um questionário que permita identificar as expectativas e áreas de interesse de cada elemento.

Por fim, foi criado no *site* um espaço para partilha de recursos dedicado especificamente a documentos de reflexão da autoria dos membros do Fórum, bem como, a partir das oficinas temáticas, serem publicados “documentos mais reflexivos”.

Nota: o quadro anexo sistematiza estas questões de forma mais detalhada, estando a “branco” os desafios para os quais ainda não foi iniciada qualquer ação.

Jorge Nunes, fez também uma breve apresentação do *site* do C&T, chamando a atenção para o facto de ter sido criado um novo espaço para a publicação de documentos ou artigos escritos pelos membros do Fórum. Lançou, ainda, o repto para que o grupo contribua com ideias, projetos e participações, de modo a dinamizar o Facebook, que constitui um excelente instrumento de divulgação do Fórum para o exterior.

José Centeio disponibilizou-se para apoiar na sua dinamização.

Augusto Sousa, informou os presentes que entre os dias 27 e 29 de maio, terá lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, o 12.º Encontro Europeu de Emprego Apoiado.

(<http://euselisbn2015.com/organization/?lang=pt>)

3. OFICINA: ARQUITETURA E URBANISMOS PARTICIPADOS

Durante o período da tarde teve lugar a Oficina subordinada à temática da Arquitetura e dos Urbanismos Participados que contou com as intervenções de José Carlos Mota, António Guterres e Pedro Soares Neves e João Aidos.

3.1. PARTICIPAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA - José Carlos Mota, Universidade de Aveiro

José Carlos Mota partilhou com os presentes uma experiência de envolvimento e participação cívica dos cidadãos na reflexão sobre o futuro de uma cidade, no caso concreto da cidade de Aveiro, que designou por micro-activismos cívicos.

Começou a sua intervenção realçando o papel pioneiro da cidade de Aveiro no âmbito dos movimentos de participação cívica, com: as tertúlias de café nos anos 50 e 60, onde destacou o papel central de Mário Sacramento; a organização dos Congressos de Participação Democrática; a “plataforma cidades” dinamizada há mais de uma década pelo arquiteto Pompílio Souto e, mais recentemente, com o surgimento das redes sociais e da internet, que ajudam a afirmar novas formas de dinâmica cívica, o grupo dos “Amigos d’Avenida” ¹. Neste contexto, foram-se organizando debates e produziu-se um Manifesto sobre a organização do espaço público ² que, mais do que explicitar um conjunto de preocupações, definiu um método de produção de opinião coletiva sobre a cidade. Os cidadãos são assim chamados regularmente a pronunciar-se, a produzir documentos e a formular uma opinião pública coletiva sobre a sua cidade.

Foi neste contexto que surgiu, em 2008, uma experiência inovadora do ponto de vista da relação que se estabelece entre os cidadãos e quem gere a cidade. Essa experiência foi desenvolvida no âmbito do instrumento de política pública “parcerias para a regeneração urbana”, que continha quatro grandes preocupações: (i) que estas parcerias gerassem valor acrescentado em relação às políticas públicas sectoriais que deverão ir muito para além de um mero somatório de políticas; (ii) que, apesar de se centrarem em projetos de regeneração de uma parte da cidade, estas parcerias se enquadrassem numa visão integrada das diferentes dimensões; (iii) que estivessem articuladas com uma visão global e, finalmente, (iv) que o papel dos cidadãos não fosse encarado como um mero requisito burocrático obrigatório, mas que resultasse de um efetivo envolvimento (envolvimento esse que ficou assegurado no âmbitos dos regulamentos produzidos, que determinavam como obrigatória a participação dos cidadãos e a cooperação entre os atores).

A importância do envolvimento e da participação cívica dos cidadãos na defesa do interesse público foi ilustrada com descrição de um conflito entre aqueles e a autarquia. Esse conflito girou em torno de uma iniciativa da autarquia, designada Parceria para a Regeneração Urbana “Parque da Sustentabilidade” ³, que tinha por objetivo a regeneração do centro da cidade com um orçamento previsto de cerca de 14 milhões de euros.

No âmbito desta iniciativa, a autarquia foi apresentando, de forma dispersa, vaga e descontextualizada um

¹ <http://amigosdavenida.blogs.sapo.pt/>

² <http://manifestopelacidade.blogs.sapo.pt/>

³ <http://parquedasustentabilidade.blogspot.pt/>

conjunto de propostas para a transformação da cidade, que foram muito contestadas, recusando-se aquela a “ouvir” as opiniões e os contributos dos cidadãos. Por exemplo, no bairro do Alboi, um bairro social centenário (o primeiro bairro social do País), habitado por pessoas maioritariamente idosas que tinham no jardim o seu ponto de encontro, a Câmara propunha-se fazer passar um via de atravessamento que rasgava esse espaço verde. Outra proposta da Câmara era a construção de uma ponte pedonal com grande impacto visual sobre o canal central. Um terceiro projeto consistia na construção de uma ponte aérea de ligação entre os dois parques da cidade (Baixa de St. António e Parque D. Pedro), obra cuja utilidade as pessoas não compreendiam.

Descontentes, os cidadãos exigiram que a autarquia explicasse e contextualizasse as propostas, tendo-se aquela recusado a fazê-lo, limitando a sua ação à publicitação dos projetos no Boletim Municipal. Este facto gerou uma dinâmica que envolveu diferentes ações cívicas: (i) a criação de um conjunto de plataformas digitais de apoio à contestação ⁴; (ii) a publicação de um panfleto que reunia informação sobre os aspetos problemáticos da intervenção no Alboi; (iii) a produção de um vídeo sobre o que se estava a passar no bairro do Alboi, da autoria de Joaquim Pavão ⁵, que teve um enorme impacto mediático; (iv) os moradores do mesmo bairro efetuaram um inquérito que cujas respostas demonstraram que 95% da população era contra o projeto; (v) a partir das redes sociais foi possível a recolha de cerca de 400 assinaturas, facto que obrigou o Presidente da Assembleia Municipal a convocar uma assembleia geral para discussão de todos os projetos. Como resposta, a autarquia organizou uma sessão pública para apresentação dos projetos que durou 6 horas e sem direito a perguntas pelos cidadãos.

Simultaneamente, e a propósito do projeto da ponte pedonal do Canal Central, foi produzido um documento de reflexão crítica fundamentado técnica e juridicamente, que foi subscrito por cerca de 4.000 cidadãos. Para além disso, foi elaborado um parecer jurídico que levantou fortes dúvidas sobre a legalidade do processo, facto que levou a que o processo fosse enviado para o Ministério Público, conduzindo todo este processo ao gradual abandono pela autarquia daquele projeto.

Como nota final, José Carlos Mota referiu que este exemplo levanta questões sobre a forma como é desenvolvida a participação pública em projetos públicos de impacto territorial, social e económico significativo e suscita a reflexão crítica sobre os temas da informação e da mobilização e dos equívocos que se geram em torno dos conceitos de consenso e de interesse público.

No entanto, apesar da complexidade e dos mitos que existem sobre os processos de participação, suas dificuldades e limitações, este exemplo permite-nos verificar que as pessoas participam desde que (i) se criem as “arenas/palcos” adequados para tal; (ii) se crie um ambiente colaborativo de empatia e confiança entre as partes; (iii) se disponibilize toda a informação; (iv) se crie um ambiente favorável à de troca de ideias, facto que pressupõe a “tradução” de conceitos abstratos em aspetos concretos; (v) as pessoas percebam que, efetivamente, são ouvidas.

Apesar de todo este empenho, de todas estas mudanças e de todo este envolvimento, se não houver um esforço contínuo de estímulo à participação, todo este processo pode ser reversível. Mas participar é importante porque por várias razões. Porque nos obriga a ter uma maior atenção sobre a realidade que nos rodeia, nos possibilita um maior controlo sobre os instrumentos de leitura dessa realidade e, por último, porque nos oferece uma maior capacidade de influenciar e modificar essa mesma realidade.

⁴ <http://contraoalboicortadoaomeio.blogs.sapo.pt/> e <http://contrapontepedonalnocanalcentral.blogs.sapo.pt/>

⁵ https://www.youtube.com/watch?v=dX_sEWp1Yh0

3.2. FABRICAÇÃO DIGITAL E PARTICIPAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO - António Guterres, DINÂMIA/ISCTE

António Guterres apresentou alguns projetos em que está envolvido a partir do FABLAB (*Fabrication Laboratory*), que constituem excelentes exemplos de participação em espaço público a partir da mobilização e do envolvimento das comunidades que os habitam.

Começando por afirmar que se identifica totalmente com a ideia de território concebido como um todo, integrado, orgânico que articula o pluralismo, a diversidade e a heterogeneidade, António Guterres salientou as vantagens e se trabalhar no espaço público, na medida em permite um contacto direto e efetivo com as pessoas que ali vivem e que por ali passam. Este trabalho, que não é invasivo, uma vez que não se vai a casa das pessoas, nem pretende saber se as pessoas estão legalizadas ou se beneficiam do rendimento social de inserção, permite uma maior abertura e interação entre uns e outros. O espaço público é assim um espaço de encontro e de comunhão que concilia a diversidade de pessoas, as suas dinâmicas e realidades distintas, dispondo de um enorme potencial já que, se for bem trabalhado e se se utilizar a metodologia adequada, pode contribuir para a uma maior coesão social e territorial daquele espaço.

Apresentou o exemplo da fabricação digital a partir do desenho colaborativo (desenho feito no coletivo, uma vez que conta com o envolvimento da população), que é depois transposto para desenho digital a três dimensões e, com recurso a uma máquina CNC pode ser impresso e, posteriormente montado.

O impacto deste tipo de dinâmicas decorre do facto de este tipo de projetos não ficar exclusivamente nas mãos dos técnicos, projetistas, desenhadores, arquitetos etc., mas resultar de uma participação pública e do envolvimento dos cidadãos em conjunto com esses técnicos que com eles se associam. Para além destes aspetos, permite que as pessoas participem ativamente em todas as fases do processo, desde a conceção à montagem, bem como a integração de diferentes tipos de experiências e conhecimentos (ex: saberes tradicionais).

O FABLAB (*Fabrication Laboratory*) foi criado há 2 anos no ISCTE-IUL e o António Guterres foi convidado para desenvolver um projeto que consiste em “levar” o FABLAB para “a rua” para, a partir de processos de desenvolvimento orgânico, levar as comunidades a participarem ativamente na transformação do seu espaço territorial.

O projeto tem apenas a duração de 6 meses está localizado nos bairros sociais da Serafina e da Liberdade, em Lisboa e está a ser desenvolvido com um grupo de alunos do curso de arquitetura (este projeto permite também a estes alunos um contacto de proximidade com a realidade deste tipo de territórios, ajudando-os a perceber que os projetos de arquitetura vão para além dos limites de um atelier).

No âmbito das ações comunitárias realizadas foi identificado o caso urgente de uma senhora com três filhos que, com ela, partilhavam o mesmo quarto. Esta família estava referenciada pela Segurança Social e aquela mãe corria o risco de lhe serem retiradas as crianças por falta de condições de habitabilidade. Como a casa tinha um terraço, surgiu a ideia de se construir uma segunda divisão e, através de um projeto que foi desenvolvido com a participação dos alunos, da moradora e da Junta de Freguesia, que ofereceu os materiais, foi possível resolver o problema desta família de uma forma eficaz.

António Guterres apresentou outro exemplo relativo a um projeto desenvolvido no bairro do Pendão em Queluz. Esse bairro apresenta uma grande diversidade quanto à tipologia da habitação e quanto aos seus moradores (tem casas dos anos 50, barracas, cooperativa de habitação, situações de realojamento, condomínios fechados e é atualmente habitado sobretudo por africanos), facto que não confere grande sentimento de comunidade, uma vez que é um bairro com várias identidades.

O projeto consistiu na abertura de um concurso para apresentação de propostas para a reabilitação do espaço público. O orçamento disponível para apoiar a sua implementação era de apenas 5.000,00€. O

processo é acompanhado pelo FABLAB, pela Fundação Aga Khan, pela Presidente da Junta de Freguesia e pelo Vereador da Inovação Social da Câmara Municipal de Sintra. Os moradores organizaram-se e apresentaram 19 propostas que implicaram uma discussão participada entre eles, a recolha de orçamentos, a elaboração de um projeto, a identificação de recursos na comunidade (por exemplo, os moradores pediram tintas à Resiquímia, alguém emprestava uma betoneira, outro oferecia o cimento, etc.). Em síntese, com apenas 5.000,00€, com o apoio dos arquitetos e técnicos que integram o FABLAB, que colaboravam na elaboração e certificação dos projetos, e ainda com o empenho da autarquia que os aprova, está a ser possível a implementação dos 19 projetos de requalificação daquele espaço público. Este processo, tem também o mérito de provocar uma maior dinâmica de interação e conhecimento entre os moradores, permitindo a dissipação de alguns estereótipos e mitos existentes sobre os diferentes grupos. Os moradores passaram a ser identificados pelos seus nomes.

Finalmente, o António Guterres apresentou o Curso de Especialização, Territórios Colaborativos, com início previsto para fevereiro próximo. Este curso resulta de uma parceria estabelecida entre o ISCTE-IUL, os Arquitetos Sem Fronteiras e a Câmara Municipal de Lisboa. O curso contempla uma dimensão prática através da qual se procurará a implementação *in loco* de processos colaborativos e participativos no Vale de Chelas, dispondo-se para o efeito, de um orçamento de 90.000,00€.

(vide em <http://ipps.iscte-iul.pt/index.php/pt/formacao/proximos-cursos/cursos/1-categoria-padrao/75-curso-de-especializacao-em-territorios-colaborativos-processos-projeto-intervencao-e-empreendedorismo>).

3.3. DESIGN E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA - Pedro Soares Neves, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

Pedro Soares, relatou um projeto desenvolvido no Bairro Alto em que esteve envolvido e que contou com a colaboração de técnicos da Câmara Municipal de Lisboa. Assim, a partir de um clima de descontentamento existente na altura por parte dos moradores do Bairro relativamente ao horário de funcionamento dos bares e restaurantes ali existentes que encerravam por volta das 4h da madrugada, procedeu-se a negociações com os moradores, os comerciantes e os técnicos da Câmara no sentido de se alterarem esses horários, de se limparem os prédios das assinaturas e marcas aí inscritas, na condição se autorizar a colocação de esplanadas nas ruas. Tendo em consideração que não bastaria pintar as paredes “de branco” para que se resolvesse o problema das inscrições, pois seria apenas uma questão de tempo para voltar tudo ao mesmo, a proposta feita pelo Pedro Neves foi a de se criar uma estrutura de mediação que dialogasse com as pessoas fazendo aquele tipo de inscrições no sentido de acordar com elas uma estratégia de ação que as envolvesse e compromettesse com o projeto. Esta proposta, inspirada no exemplo da Take Moden, na altura tinha pintado as suas antenas com pessoas vindas desta área e também do que se tinha verificado em Barcelona que tinha conseguido erradicar do espaço público este tipo de fenómeno. Assim, a partir do orçamento disponível para a pintura “branca” dos prédios foi reservada uma pequena dotação para se fazer uma intervenção estruturada de street art nesses prédios. O processo não foi linear, pois numa fase inicial a Câmara pretendia delimitar o espaço de intervenção dos grafitis, tendo mudado de opinião quando se apercebeu das enormes potencialidades das pessoas e do projeto. O processo teve que se muito negociado e resultou na constituição de uma associação artística (Azáfama Cidadania) e na definição de uma proposta de trabalho que consistiu no desenvolvimento de um projeto (Crono) com 9 intervenções a realizar num ano (2010). Logo após a primeira intervenção (imagens n.º 1 e n.º 2), a Autarquia, tendo percebido o enorme potencial deste projeto, mudou a sua posição e aproveitou a oportunidade para fazer *citybrander*. É neste momento que projeto adquire dimensão internacional e houve mesmo necessidade de recusar propostas de alguns autores estrangeiros.

Imagem n.º 1



Imagem n.º 2



Imagem n.º 3



Este projeto lançou também as sementes para a realização de uma Conferência Internacional subordinada ao tema “Lisbon Street, Art & Urban Criativity” que permitiu refletir e fazer o enquadramento teórico sobre estas questões e cujas atas estão publicadas num livro lançado recentemente. Nesta Conferência, realizada em 2014 conseguiu reunir-se em Lisboa especialistas oriundos de 18 países e contou com 100 *abstracts*.

Finalmente, Pedro Soares deu nota sobre o seu projeto de investigação no âmbito do doutoramento que frequenta através da qual procura a identificação de valores intemporais que vão para além de uma simples moda. Neste sentido, procura identificar as marcas que, consciente ou inconscientemente são inscritas no território por cada um de nós que resultam do simples facto de “existirmos” e de nele vivermos, “usando-o”. Deu como exemplo os degraus mais desgastados pelo uso numa determinada parte, os caminhos de “pé posto”, apesar do projeto os não prever. Considera assim que, em última análise, este é o grau zero da participação.

As marcas são, por conseguinte, o resultado de um uso, cujo postulado teórico assenta na psicogeografia, na “arquitetura sem arquitetos” e no modelo de participação cidadã (escada da participação) apresentado por Arnstein Ladder.

O Pedro informou ainda que integra a Associação para a Participação Pública que, por sua vez, integra a Associação Internacional para a Participação Pública.

João Aidos apresentou um interessante exemplo de aplicação de uma metodologia reflexiva e participativa sobre o espaço urbano, no caso, na cidade de Águeda.

Assim, a partir da existência de dois jardins (parque Alta Vila e parque Urbano da Cidade) em relação aos quais a Câmara Municipal tinha já definido dois projetos de intervenção que não correspondiam às necessidades da cidade, decidiu-se aproveitar a ocasião para se avançar com um processo de debate e participação pública.

O modelo adotado assentou em primeiro na realização de uma Conferência Internacional – Maio 2013, sob a designação “o parque e a cidade” durante 2 dias com o objetivo de existir matéria/conteúdos de reflexão, como matéria para o Workshop e que de alguma maneira enquadraria estrategicamente e politicamente o assunto.

O Workshop realizou-se em Setembro, durou 10 dias e para o qual foram convidadas cerca de 70 pessoas e cujo critério assentou na transdisciplinaridade, ter alunos de Universidades Portuguesas e estrangeiras, ter alguns alunos de mestrados e doutoramentos. No evento foram envolvidos técnicos, especialistas e estudantes das áreas da arquitetura, geografia, arquitetura paisagística, sociologia, biologia, planeamento urbano, indústrias criativas, etc. Participaram, também, diversas entidades, nacionais e estrangeiras, ligadas à investigação e ao ensino superior: Coimbra com CES e a Faculdade de Arquitetura, Aveiro com o curso de Planeamento Urbano e Design, o Porto com Arquitetura, Arquitetura Paisagística e Design e as Escolas de Milão, Madrid, São Paulo, Herrera e Ferrara. A coordenação científica ficou a cargo da Escola Superior Artística do Porto, ESAP.

Foram constituídos 5 subgrupos de composição transdisciplinar, acompanhados por académicos/investigadores, cujo desafio era refletir sobre a cidade em torno de quatro eixos: (i) a relação da cidade com o rio – As Margens (uma vez que esta se foi desenvolvendo de costas viradas para o rio); (ii) A Iluminação do espaço (iii); os espaços coletivos o caminho-de-ferro (ainda existe uma automotora que liga Águeda à cidade a Aveiro); e (iv) a questão dos dois parques – o parque e a cidade.

Realizavam-se diariamente debates críticos abertos ao público, dinamizados por especialistas com experiência na área (ex: Maria Manuela – Parque do Tourel em Guimarães), para os quais eram igualmente convidadas, por sugestão dos grupos de trabalho, outras pessoas ligadas à comunidade (ex: presidente da junta de freguesia, um historiador etc.). Também algumas empresas da região foram convidadas a participar neste projeto, e o seu papel era, à medida que a cidade ia sendo pensada, desenhar em 3D um protótipo que correspondesse ao produto final dessas reflexões/debates.

Paralelamente a cidade foi animada com um conjunto de espetáculos.

Como produtos da Conferência, para além do pensamento sobre o futuro da cidade e da edição de um livro (em curso), que reflete a metodologia adotada, foram efetuadas ações de disseminação do evento através de exposições e apresentações feitas pelos alunos das várias Faculdades envolvidas. Finalmente, os projetos iniciais definidos pela Câmara Municipal para a requalificação dos dois parques foram abandonados, estando agora a cargo de duas das Universidades o desenho do programa para o concurso de ideias que que dará corpo à intervenção naqueles equipamentos urbanísticos.

João Ferrão fez a síntese dos trabalhos a partir de uma ideia central: os casos apresentados constituem bons exemplos do muito que já vimos fazendo: “pequenas ações imediatas grandes transformações no futuro”, sendo que o que é necessário é tentar ver mais longe e estimular os processos de produção coletiva que constituem as sementes geradoras de futuro.

4. ENCERRAMENTO

Sara Trindade aproveitando a presença de elementos da Rede Europeia de Economia Solidária (RIPESS,UE) convidados para participar no âmbito do Fórum Economia e Finanças Éticas, fez uma breve apresentação da Rede internacional, no âmbito da qual se integra a Rede Europeia.

A RIPESS é uma rede intercontinental, criada em 1997, que conecta redes relacionadas com a economia social e solidária de todo o mundo. Existem as seguintes redes continentais: RIPESS -ALC , RIPESS – EU, RIPESS - NA, Raess e ASEC . A RIPESS tem como missão construir e promover a economia solidária (SSE), que tem em linha de conta a dimensão social e ética em todas as suas atividades económicas. Assim, o SSE tem como objetivo produzir, trocar e consumir bens e serviços que respondam às necessidades económicas e sociais das comunidades locais e internacionais e acredita na importância da solidariedade global, a fim de construir e fortalecer uma economia que coloque as pessoas no centro das preocupações. Destina-se, por conseguinte, a satisfazer as necessidades dos indivíduos e das comunidades em vez de procurar, à maneira dos modelos capitalistas, a maximização dos lucros e ganhos financeiros.

A Rede Europeia de Economia Solidária (RIPESS,UE) foi criada há 5 anos e integra atualmente 12 países. Fazem parte desta Rede entidades, de âmbito nacional e regional, que promovem a organização de eventos de natureza temática, setorial (e.g. consumo responsável, finanças solidárias, promoção de produtos locais etc.)ou intersectorial e ainda entidades que funcionam como suporte de articulação e difusão, em rede, da economia solidária. A RIPESS é um movimento que, sem preocupações de natureza teórico-concetual, assenta essencialmente em práticas e iniciativas concretas. As entidades que integram esta Rede partilham valores e princípios comuns e procuram o intercâmbio de práticas e de experiências e é nesse âmbito que, de dois em 2 anos, a RIPESS, EU organiza um Congresso Europeu (o próximo terá lugar em Setembro de 2016 na Alemanha) com o objetivo da partilha de experiências, do estabelecimento de plataformas de intercâmbio de conhecimentos e de colaboração mútua.

A RIPESS,EU está também a lançar um projeto de mapeamento de todas as iniciativas relacionadas com a economia solidária existentes a nível europeu, de modo a criar indicadores de medida (até ao momento inexistentes) e de avaliação do impacto das mesmas. Este estudo visa também perceber a qualidade das relações e a tipologia dos intercâmbios que se fazem no âmbito da rede.

A este propósito, Luísa Teotónio Pereira, informou que o CIDAC vai publicar, brevemente, um livro sobre esta temática e no qual serão identificadas algumas experiências de economia solidária.

Antes do encerramento dos trabalhos, os membros do Fórum C&T fizeram um balanço muito positivo do 8º encontro. Procedeu-se à síntese das conclusões do Encontro e marcou-se a data e o local do **9.º Encontro Nacional**, tendo ficado definido o dia **9 de Maio no Algarve**.

Em anexo a esta Memória, encontram-se:

- Os *powerpoints* de suporte às comunicações;
- A proposta do CIDAC sobre consumo responsável;
- A proposta do António Covas para a operacionalização dos encontros regionais sobre “territórios de baixa densidade”;
- Alguns documentos relacionados com a Conferência “ O Parque e a Cidade”, iniciativa apresentada por João Aidos;
- A notícia publicada no Jornal de Notícias da autoria de José Rio Fernandes;

A Equipa de Coordenação, 25 de fevereiro de 2015

Susana Sousa

Jorge Nunes

Conceição Matos

Hermínia Gonçalves

Paula Lourenço (em substituição da Telma Guerreiro)